

Governo pede ao STF extinção de processo que busca mudar correção do FGTS

A AGU (Advocacia-Geral da União) pediu ao STF (Supremo Tribunal Federal), na quarta-feira (19), a extinção da ação que discute se é devida a revisão dos valores do FGTS.

O processo está previsto na pauta de julgamentos desta quinta-feira (20) da Corte. Esperada há cerca de nove anos, a ação deve definir se a correção atual do Fundo de Garantia -de 3% ao ano mais TR (Taxa Referencial)- é constitucional.

O caso chegou ao Supremo em 2014, após estudo encomendado pelo partido Solidariedade e pela Força Sindical apontar perdas consideráveis ao trabalhador. Na época, o levantamento mostrou que a correção dos valo-

res trouxe prejuízo de 88,3% ao dinheiro depositado no FGTS de 1999 até 2013.

Em memorial encaminhado aos ministros, a AGU sustentou que as leis 13.446/2017 e 13.932/2019 já alteraram a remuneração das contas, pois o FGTS começou a distribuir uma parcela de seus lucros aos cotistas.

“Com isso, a remuneração das contas passou a ser influenciada, não apenas pela correção monetária (com base na TR), mas também pela capitalização de juros de 3% ao ano e pela distribuição dos resultados positivos auferidos”, disse o órgão.

Para a AGU, a mudança afasta integralmente o argumento central do autor da ação de que a correção não acompanharia a inflação, em

prejuízo financeiro aos trabalhadores.

“Embora não se trate, rigorosamente, de revogação ou modificação dos dispositivos especificamente impugnados, a alteração legislativa mencionada atinge o núcleo do objeto”, declarou.

O órgão afirmou que, por isso, não é mais possível afirmar que a remuneração do correntista seja a indicada na petição inicial da ação.

A AGU argumenta ainda que o FGTS não é um mero bem pertencente ao trabalhador, uma vez que também consiste em instrumento de financiamento de projetos de interesse social nas áreas de habitação, saneamento básico, infraestrutura e saúde.

Constança Resende/Folhapress



Economia



Atividade econômica ficou estagnada em janeiro

Página - 03

Produção industrial caiu 0,2% em fevereiro

Página - 03



BNDES vai destinar R\$ 2,5 milhões para bioeconomia na Amazônia

Pág - 05

Europa aprova lei que proíbe importação de produtos ligados a desmatamento

Página - 05



Política

Pacheco ecoa Lira e acena com aprovação de arcabouço fiscal em maio

Página - 04

Após imagens divulgadas, comissão da Câmara aprova convocação de ministro do GSI

Página - 04

No Mundo

China criou drone espião supersônico que é ameaça a EUA e Taiwan, diz jornal



Um documento do Pentágono vazado recentemente mostra que a China desenvolveu um drone espião supersônico, capaz de se deslocar com uma rapidez equivalente a pelo menos três vezes a velocidade do som. A informação foi revelada pelo jornal americano Washington Post na noite de terça-feira (18) -nem o Departamento de Defesa americano nem o regime chinês responderam aos pedidos de comentários do veículo.

A origem do dado é um arquivo da Agência Nacional de Inteligência Geoespacial pertencente a um conjunto de mais de cem papéis sigilosos do Exército americano divul-

gado nas redes sociais nas últimas semanas. Segundo o Post, ele exibe imagens de satélite datadas de 9 de agosto que mostram dois drones de reconhecimento W-Z8 em uma base aérea no leste chinês, a cerca de 560 quilômetros de Xangai.

A base é administrada pelo Comando do Teatro Oriental do Exército de Libertação Popular, responsável por supervisionar operações militares em Taiwan -um dos maiores focos de tensão das relações sino-americanas nos últimos tempos. Pequim considera Taipé uma província rebelde e parte inalienável de seu território. Já Washington é um de seus maiores aliados estrangeiros e principal for-

necedor de armas, ainda que não mantenha laços diplomáticos formais com a ilha.

Segundo o Washington Post, o modelo de drone descrito no arquivo foi apresentado pela primeira vez em 2019, durante o desfile militar que comemorava os 70 anos da fundação do regime comunista na Praça da Paz Celestial, em Pequim. Então, poucos analistas o consideravam totalmente funcional.

A versão do equipamento que o arquivo vazado descreve seria, porém, de tecnologia de ponta, e segundo analistas tem potencial de aumentar de dramaticamente a eficiência das operações de vigilância chinesas na região.

Folhapress

Coreia do Norte afirma que está pronta para lançar primeiro satélite “espião”

O líder da Coreia do Norte, Kim Jong Un, ordenou que as autoridades se preparem para lançar o primeiro satélite de reconhecimento militar do país, informou a mídia estatal norte-coreana KCNA na quarta-feira (19).

Durante sua visita à Administração Nacional de Desenvolvimento Aeroespacial - agência espacial norte-coreana - na terça-feira (18), Kim Jong Un disse que a produção de satélites de reconhecimento militar do país foi concluída e ordenou o lançamento de “vários satélites de reconhecimento”, informou a KCNA.

Ele fez a visita ao lado de sua filha Kim Ju Ae. Ela participou de vários eventos ao lado de seu pai até agora neste ano.

Em dezembro passado, a Coreia do Norte afirmou ter

realizado um “importante teste de estágio final” para o desenvolvimento de um satélite espião.

A agência de desenvolvimento espacial do país anunciou que terminaria os preparativos para o primeiro satélite de reconhecimento militar até abril de 2023.

Apesar das alegações da Coreia do Norte, imagens recentes de satélite do centro de lançamento espacial do país não mostram sinais de um lançamento iminente, disse Dave Schmerler, pesquisador associado sênior do James Martin Center for Nonproliferation Studies nos Estados Unidos.

“Mas a Coreia do Norte poderia lançar isso por meio de um veículo móvel rodoviário. Então, todos estavam apenas esperando para ver o que eles fariam”, disse Schmerler.

CNN



População da Índia deve superar a da China até meados de 2023, diz ONU



A Índia está a caminho de se tornar o país mais populoso do mundo, ultrapassando a China com quase 3 milhões de habitantes a mais em meados deste ano, mostraram dados divulgados na quarta-feira (19) pelas Nações Unidas.

Os dados demográficos do “Relatório do Estado da População Mundial, 2023” do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, na sigla em inglês) estimam a população da Índia em 1,428,6 milhões ou 1,4286 bilhão, contra 1,4257 bilhão da China.

Os Estados Unidos estão em um distante terceiro lugar,

com uma população estimada em 340 milhões, mostraram os dados, que refletem informações disponíveis em fevereiro de 2023, segundo o relatório.

Especialistas em população, usando dados anteriores da ONU, projetaram que a Índia ultrapassaria a China neste mês. Mas o último relatório do órgão global não especificou uma data para quando a mudança ocorreria.

Funcionários da ONU disseram que não era possível especificar uma data devido à “incerteza” sobre os dados provenientes da Índia e da China, especialmente porque o último censo da Índia foi realizado em 2011 e o pró-

ximo previsto para 2021 foi adiado devido à pandemia.

Embora a Índia e a China representem mais de um terço da população global estimada de 8,045 bilhões, o crescimento populacional em ambos os gigantes asiáticos está diminuindo, em um ritmo muito mais rápido na China do que na Índia.

No ano passado, a população da China caiu pela primeira vez em seis décadas, uma virada histórica que deve marcar o início de um longo período de declínio no número de cidadãos com profundas implicações para sua economia e para o mundo.

CNN

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B - Centro - Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Atividade econômica ficou estagnada em janeiro



A atividade econômica ficou estagnada em janeiro, na comparação com dezembro de 2022, na série com ajuste sazonal. É o que aponta o Monitor do PIB-FGV, indicador do PIB divulgado na quarta-feira (19) pelo (FGV/Ibre).

Na comparação com janeiro do ano passado, o crescimento da economia foi de 4,1%. E na análise trimestral, o crescimento foi de 2,2% no trimestre móvel, findo em janeiro, em relação ao mesmo período do ano anterior.

A coordenadora da pesquisa, Juliana Trece, explica que a estagnação verificada em janeiro resulta de uma combinação de fatores, como

a retração da indústria, a estagnação do setor de serviços e o crescimento verificado apenas na agropecuária. Na sua visão, o resultado aponta a tendência para o ano.

“Esta configuração já mostra o que se deve esperar em 2023, tendo em vista que o contexto econômico é mais desafiador este ano do que se observou em 2022. Em um cenário de juros e de endividamento elevados e perspectiva de recessão global, o consumo e os investimentos tendem a perder força e dificultar o crescimento econômico. A expectativa de safra recorde na agricultura, por sua vez, mostra que o crescimento da economia no ano deve ser bastante influenciada

do pela agropecuária”, disse.

O índice da série trimestral interanual mostra que o consumo das famílias apresentou crescimento de 4,3% no trimestre móvel terminado em janeiro, com aumento de 5,9% no consumo de serviços e de 5,5% no de produtos não duráveis. Segundo a pesquisa, o crescimento dos serviços foi disseminado entre diversos segmentos e o de não duráveis teve como principal responsável o consumo de combustíveis e lubrificantes.

A formação bruta de capital fixo (FBCF – investimentos) cresceu 0,7%, influenciado pela construção e com recuo no setor de máquinas e equipamentos.

Gigantes do varejo dizem que país sofre ‘importação fraudulenta’ após recuo de Lula em compra de US\$ 50

O IDV, associação que reúne mais de 70 grandes redes como C&A, Riachuelo, Petz, Magalu, Centauro e Boticário, preparou um comunicado na quarta (19) para manifestar a preocupação do setor com o que chamou de “importação fraudulenta de mercadorias estrangeiras”.

O posicionamento é divulgado um dia depois do recuo de Lula na intenção que vinha sendo anunciada pelo governo de acabar com a isenção de imposto de importação para encomendas de até US\$ 50.

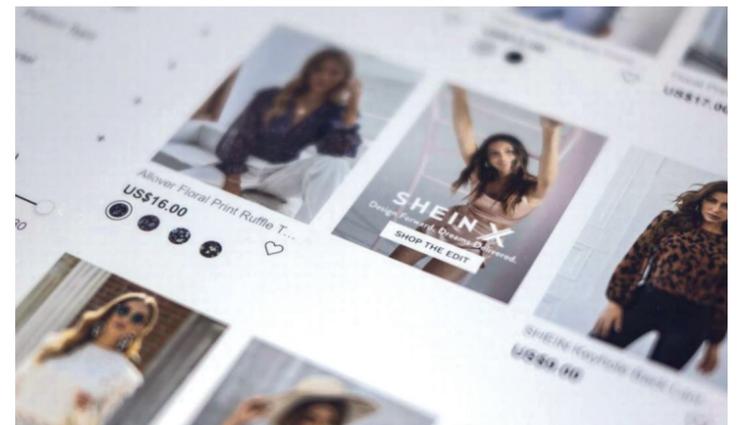
O IDV argumenta que o Brasil enfrenta uma preocupante concorrência desleal de produtos que entram por meio das plataformas de e-commerce estrangeiras sem receber tributação e que essa situação é insustentável para a indústria e o comércio brasileiros.

“A compra de produ-

tos sem impostos, de forma ilegal, afeta a economia e o emprego por falta de investimentos e pela concorrência desleal”, afirma Jorge Gonçalves Filho, presidente do IDV, no comunicado.

Para o IDV, a manutenção da isenção de imposto nas encomendas de valor abaixo de US\$ 50, o chamado de minimis, vai exigir esforço maior do governo para combater a pirataria e a sonegação.

“Acabar com a isenção e taxar toda e qualquer encomenda vinda do exterior seria uma forma de o governo arrecadar mais dinheiro e cobrar o que é seu de direito. A não cobrança poderá fazer com que muitas plataformas continuem burlando o Fisco e promovendo uma competição desleal com as varejistas brasileiras, que pagam seus impostos e contribuem para o desenvolvimento do país”, afirma Filho. Joana Cunha/Folhapress



Produção industrial caiu 0,2% em fevereiro



Na passagem de janeiro para fevereiro, a produção da indústria nacional registrou variação negativa de 0,2%, acumulando queda de 0,6% por três meses consecutivos. A produção da indústria nacional ainda está 2,6% abaixo do patamar pré-pandemia da covid-19, que considera como marco o mês de fevereiro de 2020. O resultado também ficou 19% abaixo do recorde da série, alcançado em maio de 2011. A Pesquisa Industrial Mensal (PIM) foi divulgada na quarta-feira (19) pelo IBGE. Na comparação anual, a queda foi de 2,4%. No acumulado do ano, a retração está em 1,1%, e nos últimos 12 me-

ses, o indicador registra queda de 0,2%. De acordo com o IBGE, nove das 25 atividades pesquisadas na PIM recuaram em fevereiro, com queda de 1,1% nos produtos alimentícios, 1,8% nos químicos e redução de 4,5% nos farmacêuticos e químicos.

A pesquisa destaca a queda na produção de carnes bovinas, aves e suínos, sucos e derivados da soja, influenciada pela suspensão das exportações de carne para a China, devido ao mal da vaca louca no final de fevereiro.

Outras reduções importantes ocorreram nas atividades de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (3,5%) e de produtos de metal (1,4%).

Entre as 16 atividades

que tiveram alta no período, o IBGE destaca as indústrias extrativas, que cresceram 4,6% após a expansão de 3,4% registrada em janeiro. Outros crescimentos importantes vieram dos setores de bebidas (3,6%); coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (0,5%); impressão e reprodução de gravações (11,2%); produtos diversos (4%); metalurgia (0,8%); e equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (2%).

Entre as grandes categorias econômicas, a principal influência para a queda veio dos bens de consumo duráveis, com queda de 1,4%, intensificando a queda de 1,2% registrada em janeiro. ABR

Política

Pacheco ecoa Lira e acena com aprovação de arcabouço fiscal em maio



O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse na quarta-feira (19) que espera que o novo arcabouço fiscal seja aprovado na Casa até o final de maio.

Ele afirmou que o objetivo é dar celeridade à tramitação, em linha com o que foi defendido pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

“Tive a notícia ontem da fala do presidente Artur Lira sobre a previsão de 10 de maio para aprovação na Câmara. Acho uma previsão muito boa e nós vamos buscar ter essa mesma celeridade no Senado”, declarou Pacheco em Londres, onde participará

nesta quinta (20) de evento promovido pelo Lide, entidade criada pelo ex-governador João Doria.

Pacheco afirmou que o prazo curto não vai impedir que senadores contribuam para a melhoria no projeto.

“Vamos aguardar a chegada da matéria, mas eu espero com muita brevidade submeter à CCJ [Comissão de Constituição e Justiça], designar um relator, aprovar e levar imediatamente ao plenário, naturalmente com eventuais contribuições que os senadores possam dar ao projeto”, declarou.

Segundo ele, o Senado tem “senso de responsabilidade e urgência com a apro-

vação do novo marco fiscal. “O presidente Arthur Lira estabeleceu prazo até 10 de maio, e isso significa cerca de 20 dias. Acredito que entre 20 e 30 dias nós consigamos amadurecer suficientemente e quem sabe ainda no decorrer de maio possamos fazer a aprovação também no Senado”, afirmou.

Também presente ao evento do Lide, o presidente da CCJ do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) repetiu a previsão otimista sobre a aprovação do texto. Segundo ele, a maioria dos senadores de seu partido aprovará o arcabouço.

Fábio Zanini / Folhapress

Após imagens divulgadas, comissão da Câmara aprova convocação de ministro do GSI



A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (19), a convocação do ministro Gonçalves Dias, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), para prestar esclarecimentos sobre os atos criminosos de 8 de janeiro.

Gonçalves Dias é o primeiro ministro de Lula a ser convocado pela Câmara. Os demais que prestaram esclarecimentos foram convalidados. Em termos técnicos, a diferença é que a convocação obriga a autoridade a comparecer à reunião do colegiado.

A convocação se deu após acordo das lideranças da oposição e do governo. O representante do governo, Pastor Henrique Vieira (PSOL-RJ),

chegou a um entendimento com o da oposição, Carlos Jordy (PL-RJ), sobre a votação do pedido de convocação do ministro.

A audiência está marcada para a próxima quarta-feira (26), às 14h. Gonçalves Dias é obrigado a comparecer.

A pressão contra Gonçalves Dias se deu após a CNN revelar, com exclusividade, imagens das câmeras de segurança do Palácio do Planalto que mostram a atuação de integrantes do GSI, inclusive o próprio ministro, durante a invasão de 8 de janeiro.

Nas imagens, é possível ver que o general Gonçalves Dias esteve no Palácio do Planalto no dia dos atos criminosos e indicou aos invasores o caminho da saída do prédio. Um dos militares do GSI

identificado nas imagens chegou a cumprimentar os vândalos e oferecer água a eles.

O ministro compareceria à Comissão de Segurança Pública nesta quarta, justamente para falar sobre o 8 de janeiro. Quando o convite ao ministro foi aprovado, porém, as imagens não haviam sido reveladas pela CNN, o que ocorreu na manhã de quarta. Ele apresentou, pouco antes da audiência, um atestado médico justificando sua ausência.

De acordo com o documento, Dias foi atendido pelo Serviço Médico da Coordenação de Saúde às 13h desta quarta-feira, com quadro clínico agudo e com necessidade de medicação e observação, “devendo ter ausência em compromissos justificadas por motivo de saúde”. CNN

Eduardo Bolsonaro parte para cima de deputado petista após facada ser questionada: “Te enfiou a mão na cara”

O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) partiu para cima do deputado Dionilso Marcon (PT-RS) durante reunião da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados na quarta-feira (19).

A confusão se iniciou após Eduardo Bolsonaro fazer críticas à esquerda. Ele então lembrou o episódio em que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) sofreu uma facada durante as eleições de 2018.

“A esquerda pode enganar aos outros, mas a nós aqui, que já inclusive tomamos facada de ex-membro do Psol, não engana”, disse o parlamentar.

O microfone da transmissão oficial da Câmara não capta, mas Eduardo Bolsonaro passa a alegar que Dionilso Marcon teria classificado como uma farsa o episódio envolvendo o ex-presidente. Em outros vídeos de redes sociais, é possível ver o petista insinuando que a facada foi fake.

“Dar uma facada no seu

bucho, eu quero ver o que você vai fazer, seu Zé. Vai te catar, rapaz. Vire homem”, dispara Eduardo Bolsonaro contra o colega.

Logo em seguida, o filho do ex-presidente se levanta e parte para cima de Marcon, mas é contido por seguranças antes que chegasse à mesa do petista.

Antes de deixar a reunião, Eduardo Bolsonaro profere uma série de ofensas homofóbicas a Marcon e fala “te enfiou a mão na cara”. O presidente da comissão, Airton Faleiro (PT-PA), pede calma aos membros presentes.

Nas redes sociais, Eduardo Bolsonaro compartilhou um vídeo com a discussão.

“Só eu, minha família e os mais próximos sabemos pelo que passamos. É inaceitável baixar a cabeça para deboche com a tentativa de assassinato de meu pai, chamando o fato de falso, de ter sangrado pouco. Meu mandato não estar acima da honra de meu pai, com ele vou até a morte”, escreveu. CNN

BNDES vai destinar R\$ 2,5 milhões para bioeconomia na Amazônia



O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) irá destinar R\$ 2,5 milhões para apoiar projetos de bioeconomia florestal em cinco municípios com baixos indicadores socioeconômicos no Amazonas: Apuí, Itapiranga, São Sebastião do Uatumã, Lábrea e Carauari. A iniciativa contará ainda com mais R\$ 2,5 milhões aportados por parceiros e será implementada pelo Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam), organização não governamental que desenvolve alternativas para a conservação ambiental, o desenvolvimento social e a mitigação das mudanças climáticas.

De acordo com o BNDES, os projetos deverão envolver o manejo comunitário de floresta nativa nas cadeias da madeira, óleos vegetais e castanha-do-Brasil e serão escolhidos através de uma chamada pública. Populações extrativistas, produtores familiares moradores de Unidades de Conservação e beneficiários de programas da reforma agrária poderão participar da seleção por meio de suas cooperativas e organizações sociais.

A produção decorrente destes projetos poderá ser comercializada pela Inatú, uma marca coletiva de produtos amazônicos sustentáveis criada a partir de uma parceria do Idesam com associações e cooperativas. Fundação em

2019, a marca foi viabilizada com recursos do Fundo Amazônia, que é gerido pelo BNDES. De acordo com o Idesam, a Inatú é administrada pelos próprios produtores e extrativistas, que conseguem ter acesso a processos produtivos mais modernos para beneficiamento dos insumos e atingem o consumidor final por meio de parcerias com pequenas e médias empresas. Entre os produtos já disponíveis estão óleos de andiroba, de café verde e de breu, óleo resina de copaíba e manteigas de cupuaçu e de mururu.

As organizações que forem selecionadas na nova chamada receberão assistência técnica. Atividades de capacitação irão beneficiar 150 pessoas.

Léo Rodrigues/ABR

Foz do Amazonas: Brasil deveria conduzir avaliação ambiental estratégica para mensurar impactos

A tentativa de exploração petrolífera na região da foz do rio Amazonas, na margem equatorial do litoral brasileiro – considerada a nova fronteira para expansão da atividade –, representa a chance ideal para que o País conduza, pela primeira vez, uma Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) sobre toda uma bacia ainda não explorada. Isto é o que afirma Luis Enrique Sánchez, professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, um dos autores do estudo “Planejamento do setor de óleo e gás e avaliação ambiental de área sedimentar”, publicado na segunda-feira (17).

Estratégica para a conservação da biodiversidade, a região da Costa Amazônica, onde está situada a bacia sedimentar da Foz do Amazonas, abriga cerca de 80% dos manguezais existentes em território brasileiro. Importante produtor primário, esse tipo de ecossistema sustenta a base de teias alimentares costeiras e, conseqüentemente, é componente importante para

comunidades locais, descreve nota-técnica publicada no mês passado.

Mas é também sobre esta região ambientalmente sensível, que a Petrobras requer junto ao Ibama a licença para operar a exploração e produção de petróleo e gás no bloco 59, na costa da cidade de Oiapoque (AP). O licenciamento da atividade teve início em 2014, tendo a Petrobras se tornado a sua detentora integral em 2021. Oitenta organizações da sociedade civil cobram que a licença do projeto não siga adiante sem que seja elaborado, pelos Ministérios do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e Minas e Energia (MME), a AAAS de toda a bacia sedimentar da Foz do Amazonas.

Encomendada pelo Grupo de Trabalho Oceano e Clima, do Observatório do Clima, a pesquisa publicada hoje é assinada por Sánchez e a engenheira ambiental Juliana Siqueira-Gay. Em entrevista a ((o))eco, o pesquisador conta que a AAAS nunca foi usada de forma completa no Brasil.

((o))eco



Europa aprova lei que proíbe importação de produtos ligados a desmatamento



O Parlamento Europeu, que cria as leis que serão aplicadas pelos 27 países da União Europeia (UE), aprovou na quarta-feira (19) uma norma que proíbe a compra de produtos oriundos de desmatamento em florestas.

Não se trata apenas da madeira derrubada. Qualquer cultura que utilize local onde houve desmatamento ilegal, como na Amazônia, sofrerá sanções de compra pelos países da UE.

Há uma lista de produtos primários na lei: gado, madeira, soja, café, cacau, borracha e dendê. Qualquer outro produto que seja alimentado (no caso da soja) ou derivado dessas commodities também estão contemplados no texto, como couro, chocolate, móveis, carvão vegetal, produtos

de papel impresso, derivados de óleo de palma, entre outros.

O texto agora será endossado pelo Conselho Europeu e publicado no diário oficial da UE. Vinte dias depois disso, começa a contar o tempo de 18 meses para que as companhias se adequem às novas normas. Por volta de setembro de 2024, portanto, a chamada “lei de produtos livres de desmatamento” passa a valer.

“Isso significa que todas as empresas, sejam elas brasileiras ou não, terão de garantir --criando um processo de auditoria para seus produtos-- que o produto que fabricam, por exemplo, a carne bovina, não vem de terras que foram desmatadas”, afirmou a deputada verde alemã Anna Cavazzini, vice-presidente da delegação voltada ao Brasil e presidente da Co-

missão de Mercado Interno.

À Folha, a gerente de consumo sustentável da organização Fern (samambaia, em inglês) Nicole Polsterer disse que a lei mandará incentivos e encorajará a produção de mais produtos sustentáveis.

“Mas a União Europeia sozinha não é capaz de, com isso, deter o desmatamento de florestas. Nós consumimos muito cacau, por exemplo. Mas no caso da carne, países como o Brasil vendem muito mais a outras nações fora da UE. Tem que haver outras ações com outros parceiros comerciais”, disse.

O placar da votação nesta manhã em Bruxelas foi amplamente favorável à lei, levando 93% dos votos válidos. Foram 552 a favor e 44 contra. Houve 43 abstenções.

Ivan Finotti/Folhapress

**BF Armazenagem Ltda.**CNPJ/MF nº 40.580.686/0001-51 – NIRE 35.236.780.904
Memorial Descritivo – Armazém Geral

A sociedade empresária **BF Armazenagem Ltda.**, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 27/01/2021 sob o NIRE 35236780904 e inscrita no CNPJ sob o nº 40.580.686/0001-51, capital social integralizado no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) com sede estabelecida na cidade de Sorocaba/SP na Rua Carlos Arruda Filho, 36 sala 01 – Parque Industrial Prestes (Éden) – CEP 18086-798, tendo em vista o que trata os itens 1º, 2º, 3º e 4º do Artigo 1º do Decreto Federal 1.102 de 21 de novembro de 1903, por sua sócia administradora **Joice Priscila Rodrigues Antunes**, brasileira, casada sob regime de comunhão parcial de bens, nascida em 28/03/1987, empresária, portadora da Carteira de Identidade RG Nº 41.029.786-0 SSP/SP, e inscrito no CPF sob o nº 357.278.498-02, natural de Mairinque/SP, residente e domiciliada na Estrada dos Ferraz, 260 – Iporanga, Sorocaba/SP, CEP: 18087-172, que abaixo assina, **Declara: Armazém Matriz:** Trata-se de armazém constituído com área de 738,19m2 encontra-se construída de acordo com a Lei nº 12.303/21. **Características:** É um prédio de dois pavimentos (pátio, docas e mezanino) onde funcionam todos os departamentos da empresa: administrativo, gerência, comercial, sala de reunião e treinamento, operacional. Em torno desse prédio temos o estacionamento, pátio da guarda dos veículos, copa, banheiros, vestiários, depósito, estoque e escritório do pátio. O piso é liso, lavável, de fácil higienização, resistente para suportar o peso das cargas e movimentação dos veículos. As paredes são de cor escura, com pintura lavável, isentas de infiltrações e umidade. A altura do piso ao teto é suficientemente alta para permitir o empilhamento das peças e seus componentes e a ventilação do ambiente. Toda a rede elétrica possui aterramento e quadro de disjuntores apropriado ao porte das instalações e equipamentos. O piso da doca e pátio é de concreto com acabamento tipo polido e paredes em bloco estrutural aparente com teto em laje acabamento liso, o piso do mezanino é de concreto polido com acabamento em pintura epóxi e paredes com acabamento liso e teto em forro de gesso tipo liso. Nos banheiros, vestiários, depósito e escritório do pátio o piso é tipo cerâmico, paredes com acabamento liso e forro de gesso tipo liso. Na copa o piso é tipo cerâmico, paredes em bloco estrutural aparente e teto com estrutura metálica do telhado aparente. **Infraestrutura: Fundação:** Em brocas e sapatas de concreto compactado no local; **Supraestrutura:** Colunas de concreto pré-moldado; **Segurança:** Sistema de prevenção de incêndio é formada por extintores do tipo Água Pressurizada e Pó Químico BC, capacidades 4Kg., 8kg. e 10 Kg. **Iluminação:** artificial; **Equipamentos:** 01 (uma) Empilhadeira movida a GLP, capacidade de carga 1.800kg; 02 (duas) paletesiras 1.800kg, 02 (duas) paletesiras 2.200kg e prateleiras porta Paletes; **Mercadorias que se Propõem a Armazenar:** Utensílios e peças para máquinas (exceto produtos agropecuários, produtos perigosos e inflamáveis que dependem de precaução especial) • União rígida de 1 polegada de ferro fundido; • União rígida de 2 polegadas ranhurado de ferro; • União rígida de 2½ polegadas ranhurado de ferro; • União rígida de 3 polegadas de ferro fundido; • União rígida de 4 polegadas de ferro fundido; • União rígida de 8 polegadas ranhurado de ferro; • União rígida de 10 polegadas ranhurado de ferro; • União flexível de 5 polegadas de 300 PSI XGQT2; • União redução flexível de 2 polegadas X1; **Operações e Serviços:** Armazenagem de mercadorias diversas, Logística, Distribuição e demais serviços inerentes à guarda e conservação de mercadorias de terceiros recebido em depósito, bem como a emissão de Conhecimento de Depósito e Warrant de que se trata do Artigo 15º do Decreto Federal 1.102 de 21/11/1903 e na forma prevista no Regulamento Interno e Tarifa Remuneratória registradas na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP). **Conclusão:** A unidade armazenadora apresenta condições satisfatórias no que se refere à estabilidade estrutural e funcional com condições de uso imediato. Sorocaba/SP, 16 de janeiro de 2023. **Joice Priscila Rodrigues Antunes** – Sócia Administradora.

Regulamento Interno – Armazém Geral

A sociedade empresária **BF Armazenagem Ltda.**, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 27/01/2021 sob o NIRE 35236780904 e inscrita no CNPJ sob o nº 40.580.686/0001-51, com sede estabelecida na cidade de Sorocaba/SP na Rua Carlos Arruda Filho, 36 sala 01 – Parque Industrial Prestes (Éden) – CEP 18086-798, ESTABELECE as normas que regerão sua atividade de Armazenamento de Mercadorias de terceiros da seguinte forma: **Artigo I** – Serão recebidas em depósitos mercadorias diversas nacionais e estrangeiras já nacionalizadas que não possuem natureza agropecuária, perigosas, inflamáveis ou que necessite de precaução especial. Parágrafo único: Serviços acessórios serão executados desde que possíveis desde que não sejam contrários às disposições legais. **Artigo II** – A juízo da direção, as mercadorias poderão ser recusadas nos seguintes casos: I – quando não houver espaço suficiente para sua armazenagem; e II-SE em virtude das condições em que elas se acharem, puderem danificar as mercadorias já depositadas. **Artigo III** – A responsabilidade pelas mercadorias em depósito cessará nos casos de alterações de qualidade proveniente da natureza ou do acondicionamento daquelas, em como por força maior. **Artigo IV** – Os depósitos de mercadorias deverão ser feitos em ordem do depositante, do seu procurador ou de seu preposto e será dirigida à empresa, que emitirá o documento especial (denominado Recibo de Depósito), contendo quantidade, especificação, classificação, marca, peso e acondicionamento das mercadorias. **Artigo V** – As indenizações a quem couber de direito, prescreverão em três meses, contados da data em que as mercadorias foram ou deveriam ser entregues, e serão calculados pelo preço das mercadorias em bom estado. **Artigo VI** – Inadimplemento de pagamento de armazenagem acarretará vencimento antecipado do prazo de depósito, com a adoção do procedimento previsto no artigo 10 e parágrafos do Decreto Federal nº 1.102/1903. Condições Gerais: Os seguros, emissões de Warrants, serão regidos pelas disposições do Decreto 1.102/1903. O pessoal auxiliar e suas obrigações, bem como o horário de funcionamento do armazém de segunda a sexta-feira das 06:00hrs às 22:00hrs. E também os casos omissos serão regidos pelos usos e costumes da praxe comercial, desde que não contrários à legislação vigente.

Tarifa Remuneratória – Armazém Geral

1. Da Armazenagem por mês: R\$ 40,00 por posição paleta. 2. Seguro: 0,20 % do valor da mercadoria. Sorocaba/SP, 16 de janeiro de 2023. **Joice Priscila Rodrigues Antunes** – Sócia Administradora. JUCESP – Registrado sob o nº 123.941/23-4 em 30/03/2023 – Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Prime Company Soluções em Tecnologias Integradas S/A

CNPJ/MF nº 09.556.146/0001-92

Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A Prime Company Soluções em Tecnologias Integradas S/A., convoca todos os seus membros e os acionistas para uma Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 28/04/2023, às 14h30, no seguinte endereço: **Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 1.912 – Sala 213, Jardim Paulista, São Paulo-SP, CEP: 01451-907. A Pauta da reunião será a seguinte:** (A) Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Apresentação de contas e demonstrações contábeis relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (ii) Destinação dos resultados da Companhia, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (B) Em Assembleia Geral Extraordinária: (iii) Suspensão de direitos dos sócios remissos, nos termos do art. 120 da Lei 6.404/76. (iv) Outros assuntos de interesse da Companhia. Os membros e os acionistas deverão estar presentes ou representados por meio de procuração, conforme as normas estatutárias. A participação na reunião pode ser feita por meio virtual, conforme autorizado pelo estatuto da organização. Os documentos referentes aos itens da pauta da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária estão disponíveis para consulta dos membros e os acionistas na sede da empresa, nos dias úteis, no horário comercial. São Paulo, 20/04/2023. **Sallen Viegas de Moraes** – CPF: 006.903.741-86 (20, 21 e 25/04/2023)

Caltabiano McLarty Participações S.A.

CNPJ/MF nº 07.133.841/0001-16 – NIRE 35.300.319.796

Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Convocamos os acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 02/05/2023 às 11 horas, na forma virtual, nos termos tutelados pela Lei 14.030/2020 e Instrução Normativa DREI nº 81/2020, para deliberarem sobre o exame, discussão e votação das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2022 e deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2022. A Assembleia Geral Ordinária será realizada por intermédio da Plataforma Google Meet. Cada acionista receberá um convite eletrônico, onde constará o endereço eletrônico para que o Acionista tenha acesso ao ambiente virtual da Assembleia Geral Ordinária. O ambiente estará disponível para acesso com 30 (trinta) minutos de antecedência ao dia e horário constantes nesta Convocação. Considerando a realização da Assembleia Geral Ordinária por meio virtual, os documentos a serem examinados serão encaminhados via correio eletrônico dos Acionistas no dia 24/04/2023. São Paulo, 20/04/2023. **Alessandro Portella Maia** – Diretor Presidente. (20, 21 e 25/04/2023)

Associação Residencial Alphaville 1

CNPJ/MF nº 49.721.046/0001-99

Assembleia Geral Ordinária – Edital de Convocação

Nos termos dos Arts. 5, 6, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 18 e 19 do Estatuto Social, e em consonância com os demais dispositivos estatutários, ficam os senhores associados da Associação Residencial Alphaville 1 convocados para se manifestarem em Assembleia Geral Ordinária – AGO, com a seguinte Ordem do Dia: **1) Eleição de candidatos para o Conselho de Administração (mandato 2023/2027); 2) Eleição de candidatos para o Conselho Fiscal (mandato 2023/2025).** A AGO será instalada no dia **02 de maio de 2023**, em sua sede na alameda Rio Negro, 1500 – Alphaville – Barueri-SP, em primeira convocação às 8:00 hs (oito horas) desde que haja presença de 242 associados. Não sendo atingido tal quorum, será instalada em segunda convocação, no mesmo dia e local, às 9:00 hs (nove horas), com a presença de qualquer número de associados. A Assembleia permanecerá em aberto até às 14:00 horas do dia **16 de maio de 2023**, ocasião em que serão apurados os votos, na sede da Associação, com participação aberta a todos os associados. A votação será através de voto secreto e cada um dos associados receberá em seus endereços uma cédula com seu número de votos (conforme art. 15º do Estatuto Social) e a presença computada na proporção dos lotes que possuam em relação à planta original do loteamento, correspondente, no conjunto, a 1.210 associados (conforme art. 5º do Estatuto Social), desprezadas as frações. Informamos, finalmente, que conforme nosso Estatuto Social, os representantes legais dos associados Pessoa Jurídica também poderão votar e ser votados, desde que devidamente cadastrados na Associação, na forma prevista do art. 6º, parágrafo 2º do Estatuto Social. Conheça nosso Estatuto Social em www.aral1.org.br. Barueri, 19 de abril de 2023. **Adilson Vicari** – Presidente do Conselho de Administração.

Platão Capital S.A.CNPJ/MF nº 49.703.913/0001-63 – NIRE 35.300.610.156 – Companhia
Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 18 de abril de 2023

1. Data, Hora e Local: 18/04/2023, às 10:00 horas, na sede da Companhia, na Avenida Paulista, 1471, conjunto 511, Cerqueira César, São Paulo-SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da acionista titular da totalidade das ações ordinárias da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: **Salvador Pastore Neto**; Secretário: **Diogo Martins Rosa**. **4. Ordem do Dia:** a. realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfrica, para distribuição privada da Companhia, todas nominativas e escriturais, no montante total de R\$ 1.250.000,00; b. autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos os atos e tomar todas as providências necessárias à concretização da emissão das Debêntures, incluindo a contratação de prestadores de serviço, bem como fixando os honorários devidos aos referidos prestadores de serviço, assim como discutir, negociar e definir os termos e condições do “Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações”, em Série única, da Espécie Quirográfrica, Para Distribuição Privada da Platão Capital S.A.” (“Escritura de Emissão de Debêntures Privada”) a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures, e a **AZ Quest Infra Yield Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura**, Fundo de Investimento em Participações – Infraestrutura, inscrito no CNPJ/MF sob nº 49.252.656/0001-90, neste ato representado pela sua gestora **AZ Quest MZK Investimentos Macro e Crédito Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.676.427/0001-84, com sede na Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., nº 758, Conjunto 152, Sala A1, Itaim Bibi, São Paulo/SP (“**Gestora**”), devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório nº 14.348, de 21/07/2015 (“**Debenturista**”), na qualidade de Debenturista, e demais documentos a ela conexos; e c. ratificar os atos eventualmente já praticados pela diretoria relacionados aos itens “f” e “m” da Ordem do Dia acima. **5. Deliberações:** a. aprovar a emissão das Debêntures, com as seguintes características e condições: (i) **Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão é de R\$ 1.250.000,00, sendo liquidado inteiramente em uma única série (conforme abaixo definido). (ii) **Número de Séries:** A emissão será realizada em uma única série. (iii) **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 1.250 Debêntures, totalizando R\$ 1.250.000,00 na Data de Emissão. (iv) **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00, na Data de Emissão (“**Valor Nominal Unitário**”). (v) **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. (vi) **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirográfrica. (vii) **Data de Vencimento:** As Debêntures terão vencimento 15/05/2033 (“**Data de Vencimento**”). (viii) **Colocação:** As Debêntures serão emitidas para colocação privada junto ao Debenturista, sem qualquer esforço de venda perante investidores realizado por instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ou junto a outro(s) fundo(s) de investimento ou outros veículos de investimento geridos pela Gestora (“**Veículo de Aquisição**”), a ser oportunamente indicado pelo Debenturista até a Data de Integralização, o que, desde já, é aceito incondicionalmente pela Companhia e pelo Debenturista. A partir da data da indicação de tal Veículo de Aquisição, que assumirá integralmente os direitos e obrigações aqui previstos, o Debenturista restará eximido de forma irrevogável e irratável de qualquer obrigação nos termos da presente Escritura de Emissão e da Companhia e o Debenturista desde já concordam em praticar todos e quaisquer atos que sejam necessários ou recomendáveis à formalização de eventuais aditamentos à presente Escritura de Emissão que sejam necessários para refletir corretamente a titularidade das Debêntures por um Veículo de Aquisição. (ix) **Remuneração e Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado monetariamente pela variação do o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (“**IPCA**”), apurado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (“**IBGE**”), desde a Data de Início da Rentabilidade (inclusive), até a data do efetivo pagamento (exclusive) (“**Atualização Monetária**”), sendo o produto da Atualização Monetária incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures (“**Valor Nominal Unitário Atualizado**”). A Atualização Monetária será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, com base em 252 Dias Úteis conforme a fórmula definida na Escritura de Emissão de Debênture Privada. Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes 11,7579%, base 252 Dias Úteis. (“**Remuneração**”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, observada a carência de 12 meses para pagamento, observado o Anexo V da Escritura de Emissão de Debênture Privada. (x) **Periodicidade de Pagamento da Remuneração:** Os valores devidos a título de Remuneração serão pagos de acordo com os valores e datas a serem definidos na Escritura de Emissão de Debêntures Privada. (xi) **Amortização:** O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado de acordo com as datas a serem definidas na Escritura de Emissão de Debêntures. (xii) **Vencimento Antecipado:** As Debêntures terão seu vencimento antecipado declarado nas hipóteses e nos termos previstos na Escritura de Emissão de Debêntures Privada. (xiii) **Prêmios:** Prêmio de Evento de Liquidez (“**Kicker**”). No caso da ocorrência em qualquer uma, ou todas as seguintes SPEs: (i) **Usina Solar Platão Investimentos S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 37.438.893/0001-61, com sede na Av. Dr. Luiz Teixeira Mendes, nº 3096, Zona 05, Maringá-PR (“**SPE Loanda**”); (ii) **Usina Solar Platão Investimentos SPE 2 S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 45.997.900/0001-93, com sede na Av. Carneiro Leão, nº 825, Zona Armazém, Maringá-PR (“**SPE Alto Paraná**”); (iii) **Usina Solar Platão Investimentos SPE 3 S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 45.891.391/0001-10, com sede na Av. Carneiro Leão, nº 825, Zona Armazém, Maringá-PR (“**SPE Paranaval**”); e (iv) **Usina Solar Platão Investimentos SPE 4 S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 45.889.765/0001-62, com sede na Av. Carneiro Leão, nº 825, Zona Armazém, Maringá-PR (“**SPE Santa Izabel**”), e ainda novos projetos que envolvem a instalação, locação, operação e manutenção de unidades de UFV por meio da constituição futura de sociedades de propósito específico que serão implementadas pelo Emissor e/ou suas atuais e futuras subsidiárias (“**Novos Projetos**”) e , que em conjunto da SPE Loanda, da SPE Alto Paraná e da SPE Paranaval são denominadas simplesmente como “**SPEs**”, de alienação, permuta, cisão, sofrer mudança de controle direto ou indireto para outro grupo econômico, listagem em bolsa de valores ou mercado de balcão, ou quitação da Operação (“**Evento de Liquidez**”) conforme definido no Anexo II da Escritura de Emissão de Debêntures Privada, o Debenturista terá direito a receber um prêmio equivalente a: i) 15,0% da diferença entre o “**equity value** das SPEs na data do Evento de Liquidez” (conforme metodologia definida no Anexo I constante na Escritura de Emissão de Debênture Privada) e o “**equity value** inicial das SPEs” corrigido por IPCA + 11,7579% a.a. (i.e. para fins dessa cláusula entende-se como valor do **equity** inicial R\$ 38.000.000,00, data base 02/2023). (“**Equity Kicker**”); ii) Para fins do item acima, para que ocorra um Evento de Liquidez, a proposta de compra dos ativos deve atingir o preço mínimo equivalente a R\$ 6.750.000,00/MW (seis milhões, setecentos e cinquenta mil reais por megawatts), corrigido pela Atualização Monetária a partir da Data de Emissão das Debêntures (“**Critério de Elegibilidade**”). Caberá exclusivamente ao Grupo econômico da Companhia autorizar a realização de Eventos de Liquidez, a qualquer tempo. Caso não haja um Evento de Liquidez parcial ou total das SPEs antes do final do 8º ano da data da Emissão, o Debenturista terá direito a receber um prêmio equivalente a 35% do valor do EBITDA consolidado das SPEs, com base nas respectivas DFs das SPEs do 8º ano. O EBITDA será calculado conforme o Anexo II constante na Escritura de Emissão de Debênture Privada (“**Prêmio de Não Liquidez**”). No caso do efetivo pagamento do Prêmio de Não Liquidez, o **Equity Kicker** não será mais devido. b. autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos e tomar todas as providências necessárias à concretização da emissão das Debêntures, podendo, para tanto, (i) contratar os prestadores de serviços necessários para a emissão das Debêntures, fixando, inclusive, os honorários devidos aos prestadores de serviço; (ii) discutir, negociar e definir os termos e condições das Debêntures, da Escritura de Emissão de Debêntures Privada, incluindo, mas não se limitando, às hipóteses de vencimento antecipado e demais documentos a ela conexos; e (iii) celebrar todos os documentos, praticar todos os atos e tomar todas as providências necessárias à efetivação da emissão das Debêntures. c. ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia relacionados às deliberações acima. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta ata. São Paulo, 18/04/2023. Mesa Diretora: **Salvador Pastore Neto** – Presidente; **Diogo Martins Rosa** – Secretário. Acionista: **Platão Investimentos Ltda.** Diogo Martins Rosa.

CAS Tecnologia S.A.

CNPJ nº 00.958.378/0001-00

Convocação - Assembleia Geral Ordinária em 28/04/2023

Ficam convocados os srs. acionistas para uma assembleia geral ordinária a realizar-se no dia 28/04/2023, às 16:00h, na sede social em São Paulo, SP, à Rua Dias Leme, 130, para tratar da seguinte ordem do dia: a) Aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício de 2022 e b) Distribuição de dividendos. São Paulo, 18/19/20 de abril de 2023 (aa) **Welson Regis Jacometti**, Diretor Presidente. (18, 19 e 20/04/23)

Tam Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.

CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16 – NIRE 35.300.026.373

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Tam Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A. (“**Companhia**”) a se reunirem às 09:00, do dia 28 de abril de 2023, na sede social, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Monsenhor Antonio Pepe, nº 94, Parque Jabaquara, facultada a participação digital através do link <https://us02web.zoom.us/j/84994689394?pwd=M2s5S1NxcMFTblhCTDd4MTlFNG5kdz09>, bem como a assinatura da respectiva Ata por meio digital a ser disponibilizado, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração; as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; b. Destinação do lucro apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; c. Reeleição dos membros da Diretoria; d. Remuneração dos administradores da Companhia. A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia os documentos elencados na Lei 6.404/76. São Paulo, 20 de abril de 2023. **Leonardo Rosendo Fiuzu** – Diretor (20, 21 e 25/04/2023)

B.F.M.O. Assessoria e Consultoria Ltda.

CNPJ/MF nº 04.204.567/0001-30 – NIRE 35.218.883.411

Edital de Convocação

B.F.M.O. Assessoria e Consultoria Ltda. convoca os sócios para se reunirem em Reunião Extraordinária, que se realizará em 02/05/2023 às 10:00 horas, na Rua Ricardo Hildebrand, nº 336, Eroise, Leme-SP, para examinar, discutir e votar a seguinte Ordem do Dia: dissolução, liquidação e extinção da sociedade em decorrência de sua inatividade. **Egídio Osti Neto** – Sócio Administrador. Leme, 17/04/2023. (20, 21 e 25/04/2023)

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC -

R\$ 5,0461 / R\$ 5,0467 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,0820 / R\$ 5,0840 *

Turismo - R\$ 5,1900 /

R\$ 5,2760

(*) cotação média do

mercado

(**) cotação do Banco

Central

Variação do câmbio livre

mercado

no dia: +2,17%

OURO BM&F

R\$ 319.5

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: -2,12%

Pontos: 103.912

Volume financeiro:

R\$ 24,272 bilhões

Maiores altas: Sabesp ON

(1,16%), Embraer ON

(0,83%), Klabin SA UNT

(0,53%)

Maiores baixas: Carrefour

BR ON (-8,37%), Maga-

zine Luiza ON (-8,19%),

YDUQS ON (-7,07%)

S&P 500 (Nova York):

-0,01%

Dow Jones (Nova York):

-0,23%

Nasdaq (Nova York):

0,03%

CAC 40 (Paris): 0,21%

Dax 30 (Frankfurt):

0,08%

Financial 100 (Londres):

-0,13%

Nikkei 225 (Tóquio):

-0,18%

Hang Seng (Hong Kong):

-1,37%

Shanghai Composite

(Xangai): -0,68%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): -0,9%

Merval (Buenos Aires):

-3,13%

IPC (México): -0,14%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Novembro 2022: 0,41%

Dezembro 2022: 0,62%

Janeiro 2023: 0,53%

Fevereiro 2023: 0,84%

... continuação

específico o departamento de Tesouraria que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Em 31/12/2022	Saldo Menos de Entre um e Entre dois e			
	contábil	um ano	dois anos	cinco anos
Fornecedores	21.194	21.194	-	-
Partes relacionadas	1.297	1.297	-	-

Em 31/12/2021	Saldo Menos de Entre um e Entre dois e			
	contábil	um ano	dois anos	cinco anos
Fornecedores	20.299	20.299	-	-
Partes relacionadas	33.482	33.482	-	-

Em 31/12/2021	Consolidado			
	Saldo contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Fornecedores	21.536	21.536	-	-
Partes relacionadas	25.769	25.769	-	-

4.2. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo arrendamentos financeiros e obrigação de repasse de cessão de crédito, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31/12/2022 e de 2021 podem ser assim resumidos:

	2022	2021
Mútuo com partes relacionadas (Nota 18)	-	12.500
Menos - caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(95.715)	(55.759)
Dívida líquida	(95.715)	(43.259)
Total do patrimônio líquido	141.780	129.931
Índice de alavancagem financeira - %	(67,51)	(33,29)

5. Estimativa do valor justo - Os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), está próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros não derivativos incluídos no balanço patrimonial em 31/12/2022 e de 2021 estão identificados a seguir:

Ativo	2022		2021	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	95.715	95.715	55.759	55.759
Contas a receber	238.612	238.612	229.180	229.180
Outros Créditos a Receber com Partes Relacionadas	-	-	3.500	3.500
Outros créditos	2.526	2.526	6.664	6.664
	336.853	336.853	295.103	295.103

Passivo	2022		2021	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Fornecedores	21.194	21.194	20.299	20.299
Mútuo com partes relacionadas	-	-	12.500	12.500
Contas a Pagar com Partes Relacionadas	1.297	1.297	20.982	20.982
Outras obrigações	36.699	36.699	62.757	62.757
	59.190	59.190	116.538	116.538

Consolidado	2022		2021	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	55.853	55.853	230.989	230.989
Contas a receber	230.989	230.989	3.500	3.500
Outros Créditos a Receber com Partes Relacionadas	-	-	6.664	6.664
Outros créditos	297.006	297.006	297.006	297.006

5.1. Hierarquia do valor justo: Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1). Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2). Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3). **Instrumentos financeiros por categoria:** A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Capgemini mensurados pelo valor justo em 31/12/2022 e de 2021:

Ativos financeiros não mensurados ao valor justo	2022		2021	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Contas a receber de clientes	238.612	238.612	229.180	229.180
Caixa e equivalentes de caixa	95.715	95.715	55.759	55.759
	334.327	334.327	284.939	284.939

Controladora	2022		2021	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo	229.180	229.180	229.180	229.180
Contas a receber de clientes	229.180	229.180	229.180	229.180
Caixa e equivalentes de caixa	55.759	55.759	55.759	55.759
	284.939	284.939	284.939	284.939

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	2022		2021	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Fornecedores	21.194	21.194	20.299	20.299
Operações de repasse de crédito	-	-	-	-
Partes relacionadas	(1.297)	(1.297)	(1.297)	(1.297)
	(1.297)	(1.297)	(1.297)	(1.297)

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	2022		2021	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Valor justo instrumento de hedge	(10)	(10)	(10)	(10)
	(10)	(10)	(22.491)	(22.501)

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	2022		2021	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Fornecedores	21.194	21.194	20.299	20.299
Operações de repasse de crédito	-	-	-	-
Partes relacionadas	(1.297)	(1.297)	(1.297)	(1.297)
	(1.297)	(1.297)	(1.297)	(1.297)

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia e sua controlada têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio, não são utilizados para fins especulativos. Em 31/12/2022,

Capgemini Brasil S.A. havia operações de derivativos em aberto. As perdas e os ganhos com as operações de hedge são reconhecidos mensalmente na demonstração do resultado em "Resultado Operacional", considerando o seu valor justo (mercado). No exercício findo em 31/12/2022, a Companhia registrou uma perda com instrumentos financeiros de hedge, de R\$ 515 (31 de dezembro 2021 - ganho de R\$ 288).

6. Caixa e equivalentes de caixa	Controladora			Consolidado		
	2022	2021	2021	2022	2021	2021
Caixa e bancos	576	354	448	576	354	448
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	95.139	55.405	55.405	95.139	55.405	55.405
	95.715	55.759	55.853	95.715	55.759	55.853

A Companhia possui aplicação financeira em CDB com taxa de remuneração de 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e demais aplicações financeiras com resgate diário e taxa de remuneração em 55% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31/12/2022.

7. Contas a receber	Controladora			Consolidado		
	2022	2021	2021	2022	2021	2021
Sector Público	8.596	7.796	7.796	8.596	7.796	7.796
Sector privado	73.017	76.530	78.339	73.017	76.530	78.339
Mercado externo	1.338	1.082	1.082	1.338	1.082	1.082

Receitas apropriadas a faturar (*) 78.650 81.990 81.990
Contas a receber 174.648 180.207 182.016
Perda estimada (133) (1.321) (1.321)
Total circulante 174.515 178.886 180.695

8. Impostos e contribuições a recuperar	Controladora			Consolidado		
	2022	2021	2021	2022	2021	2021
Ativo circulante	21.708	15.351	15.739	21.708	15.351	15.739
IRRF sobre serviços e aplicações financeiras	8.273	6.643	6.643	8.273	6.643	6.643
Contribuição social retidos sobre faturamento	393	361	544	393	361	544
Pis e Cofins e CSLL retido sobre faturamento	2.057	-	21	2.057	-	21
Antecipação do IRPJ e da CSLL	5	-	-	5	-	-
INSS a recuperar	7	114	359	7	114	359
PIS e Cofins a recuperar	-	-	-	-	-	-
Outros (i)	-	-	-	-	-	-
Total circulante	32.443	44.688	55.261	32.443	44.688	55.261

Total não circulante 41.961 44.688 55.261
Provisão para perda provável de realização 9.518 2.951 2.951
Total não circulante 9.518 2.951 2.951

(i) O aumento refere-se ao trânsito em julgado na ação da exclusão da base de cálculo do PIS e da Cofins em 2021. Os valores foram integralmente compensados durante o exercício findo em 31/12/2022. (ii) No ano de 2009, a Companhia obteve sentença de mérito favorável à não incidência do ISSQN sobre a locação de equipamentos. Em 2022, na fase de liquidação de sentença, o MRJ opôs embargos de declaração que foram improvidos, com decisão transitada em julgado. Desta forma, a Companhia reconheceu em 2022 a diferença de valores (principal e juros) e revertendo a provisão por não haver mais risco de realização deste ativo. **9. Investimentos - a. Informações sobre investimentos:** A AGE de 28/03/2022 aprovou a aquisição da empresa Itélios do Brasil Informática Ltda. pelo montante de R\$ 3.705, sendo R\$ 3.603 através de capitalização de empréstimos existente entre elas e R\$ 102 em dinheiro para que posteriormente ocesse a incorporação. A participação societária direta da Companhia em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, é demonstrada a seguir:

Empresa	Equivalência patrimonial do exercício findo em		Equivalência patrimonial do exercício findo em		Investimentos	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	Em	Em
Itélios do Brasil Informática Ltda.	(41)	-	-	-	-	-
CPM Braxis Tecnologia Ltda.	783	2.142	-	-	14.923	14.923
	742	2.142	-	-	14.923	14.923

b. Saldos e movimentação dos investimentos

	Itélios do Brasil Informática Ltda. (*)		CPM Braxis Tecnologia Ltda. (**)	
	2022	2021	2022	2021
Ajustes de equivalência patrimonial em 31/12/2021	-	-	2.142	2.142
Valor pago na aquisição	3.705	-	-	-
Ajustes de equivalência patrimonial	(41)	783	-	-
Baixa do investimento por incorporação	(289)	(15.705)	-	-
Perda em Investimento	(3.375)	-	-	-
Saldos em 31/12/2022	-	-	-	-

(*) A AGE de 29/04/2022 deliberou a incorporação da empresa controlada Itélios do Brasil Informática Ltda. A operação foi aprovada com base em protocolo de incorporação e justificações da administração, datados de 28/04/2022 e no balanço patrimonial levantado em 31/03/2022, cujo acervo líquido, avaliado a valor contábil, totalizou R\$ 289. (***) A AGE de 31/10/2022 deliberou a incorporação da empresa controlada CPM Braxis Tecnologia Ltda. A operação foi aprovada com base em protocolo de incorporação e justificações da administração, datados de 28/10/2022 e no balanço patrimonial levantado em 30/09/2022, cujo acervo líquido, avaliado a valor contábil, totalizou R\$ 15.705.

10. Imobilizado	2022		2021	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Saldo 31/12/2020	26.924	2.370	93	-
Custo total	32.214	3.218	998	36
Depreciação acumulada	(5.291)	(848)	(905)	(36)
Valor residual Dezembro 2020	26.924	2.370	93	-
Aquisição	-	2.822	644	241
Baixa	-	(140)	(11)	(21)
Depreciação	(389)	(156)	(26)	(8)
Saldo 31/12/2021	26.534	4.896	700	241
Custo total	32.214	5.168	1.015	36
Depreciação acumulada	(5.680)	(272)	(315)	(36)
Valor residual Dezembro 2021	26.534	4.896	700	241
Aquisição	-	30	406	3.490
Baixa	(1.045)	(4)	(6)	-
Depreciação	(389)	(341)	(84)	(105)
Saldo 31/12/2022	25.100	4.581	1.016	3.626
Custo total	30.365	5.194	1.322	5.371
Depreciação acumulada	(5.265)	(613)	(306)	(1.745)
Valor residual Dezembro 2022	25.100	4.581	1.016	3.626

11. Intangível	2022		2021	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Saldo 31/12/2020	25.729	7.222	32.951	-
Custo total	25.729	31.678	57.407	-
Amortização acumulada	-	(24.456)	(24.456)	-
Valor residual	25.729	7.222	32.951	-
Aquisição	-	2.638	2.638	-
Baixa	-	-	-	-
Amortização	-	(5.037)	(5.037)	-
Em 31/12/2021	25.729	4.823	30.552	-
Custo total	25.729	34.316	60.045	-
Amortização acumulada	-	(29.493)	(29.493)	-
Valor residual	25.729	4.823	30.552	-
Aquisição	-	256	256	-
Baixa	-	-	-	-
Amortização	-	(1.976)	(1.976)	-
Em 31/12/2022	25.729	3.103	28.833	-
Custo total	25.729	55.281	81.010	-
Amortização acumulada	-	(52.178)	(52.178)	-
Valor residual	25.729	3.103	28.833	-

(*) Correspondem a ativos utilizados em projetos e que ficam alocados nas dependências dos clientes da Companhia.

12. Fornecedores	2022		2021	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Saldo 31/12/2020	25.729	7.222	32.951	-
Custo total	25.729	31.678	57.407	-
Amortização acumulada	-	(24.456)	(24.456)	-
Valor residual	25.729	7.222	32.951	-
Aquisição	-	2.638	2.638	-
Baixa	-	-	-	-
Amortização	-	(5.037)	(5.037)	-
Em 31/12/2021	25.729	4.823	30.552	-
Custo total	25.729	34.316	60.045	-
Amortização acumulada	-	(29.493)	(29.493)	-
Valor residual	25.729	4.823	30.552	-

(i) Refere-se a ágio pago por expectativa de rentabilidade futura na aquisição de empresas nos exercícios de 2007, 2009 e 2010, que foram posteriormente incorporadas pela Capgemini Brasil S.A. **Testes do ágio para verificação de impairment:** A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. A Companhia utilizou a taxa de crescimento perpétua de 4,9%. As taxas de desconto utilizadas

Abaixo, a movimentação de perdas estimadas:

	2022	2021	2021
Saldo de provisão para perdas estimadas em 31/12/2020	(35.314)	(35.599)	-</

... continuação

Participação - %	Ações ordinárias	Ações preferenciais "A"	Ações preferenciais "B"
99.97	23.808.028.987	12.274.044	13.290.260
0.03	7.603.738	-	-
100,00	23.808.028.987	12.274.044	13.290.260

As ações em 31/12/2022 estão assim distribuídas:

Participação - %	Ações ordinárias	Ações preferenciais "A"	Ações preferenciais "B"
100	23.808.028.987	12.274.044	13.290.260

b. Movimentação do capital social em ações

Quantidade	Ordinárias	Preferenciais	Total
Quantidade em 31/12/2021	23.808.028.987	25.564.304	23.833.593.291
Quantidade em 31/12/2022	23.808.028.987	25.564.304	23.833.593.291

(i) Em Assembleia Geral Extraordinária de 30/11/2021 foi deliberado o aumento de capital social da Companhia em R\$ 85.000 através da emissão de 8.500.000 ações ordinárias para Cargemini Latin America SAS. **c. Direito das ações:** Consoante disposição estatutária, os acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária e do estatuto social. **Ações preferenciais:** Conforme estabelecido no artigo 171, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), dentro de 30 (trinta) dias contados da data em que os acionistas receberam um aviso formal de aumento de capital pela Cargemini Brasil S.A., os acionistas terão a faculdade de exercer seus respectivos direitos de preferência proporcionalmente à sua participação acionária da Companhia. A Companhia poderá emitir (i) ações preferenciais classe "A", nominativas, escriturais, sem valor nominal e sem direito a voto, conversíveis em ações ordinárias, que terão prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da Companhia, com prêmio equivalente a 12% (doze por cento) sobre o preço de sua emissão caso venha a ser deliberada a liquidação da Companhia no prazo de 18 (dezoito) meses a contar da data de emissão dessas ações, bem como (ii) ações preferenciais classe "B" nominativas, escriturais, sem valor nominal e sem direito a voto, conversíveis em ações ordinárias, que terão prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da Companhia, sem prêmio. **d. Destinação do lucro líquido:** O lucro líquido, como definido no artigo 191 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), apurado em cada balanço, terá, pela ordem, a seguinte destinação: (i) Compensação de prejuízos acumulados; (ii) Constituição da reserva legal; (iii) Constituição das reservas previstas nos artigos 195 e 197 da mencionada Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral; (iv) Pagamento de dividendos propostos pela diretoria e aprovados pelo Conselho de Administração. **e. Reserva de Capital:** O saldo de reserva de capital montante de R\$ 383.117 é composto, principalmente, por movimento de incorporações (Cargemini Brasil) e aumento de reserva de capital constituída por ato societário. A Assembleia Geral realizada em 12/12/2019, deliberou a aprovação da 3ª emissão privada, pela Companhia, de debênture simples, não conversível em ações, sob a forma nominativa, sem garantia e com subordinação aos demais credores da Companhia, de natureza perpétua ("Emissão"), com valor nominal de R\$ 61.000. **f. Reserva de Reavaliação:** Em 2019, ocorreu a realização de parcela expressiva da reserva de reavaliação em razão da venda de imóvel administrativo. O saldo remanescente em 2022 refere-se a transação de transferência de bens para antigos acionistas que se encontra em fase de finalização e que não gera impacto para Companhia. **18. Transações com partes relacionadas - a. Transações e saldos:** As transações com partes relacionadas são realizadas a condições usuais de mercado.

Tipo de produto/serviço	2022		2021	
	Ativos/ (passivos)	Receitas/ (despesas)	Ativos/ (passivos)	Receitas/ (despesas)
Contas a receber	13.154	71.368	12.809	74.119
Grupo Econômico Cargemini (v)	13.154	71.368	12.809	74.119
Total contas a receber circulante	13.154	71.368	12.809	74.119
Outros Créditos a Receber	-	-	-	-
Itelios do Brasil Informática Ltda. (iv)	-	103	3.500	212
CPM Braxis Tecnologia Ltda	-	158	-	448
Total outros créditos a receber	-	261	3.500	660
Partes relacionadas - passivo	-	-	-	-
Cap Gemini S/A (i)	-	-	-	(1.456)
Cargemini BPO (ii)	-	(928)	(12.500)	(807)
CPM Braxis Tecnologia Ltda	-	-	-	(7.713)
RADI (iii)	-	-	-	(444)
Total	-	(928)	(20.213)	(2.707)
Grupo Econômico Cargemini (vi)	(1.297)	-	(4.175)	-
Contas a pagar Grupo Econômico Cargemini (vii)	-	-	(9.094)	-
Total circulante	(1.297)	(928)	(33.482)	(2.707)
Contas a receber	12.809	74.119	12.809	74.119
Grupo Econômico Cargemini (v)	12.809	74.119	12.809	74.119
Total contas a receber circulante	12.809	74.119	12.809	74.119
Outros Créditos a Receber	-	-	-	-
Itelios do Brasil Informática Ltda. (iv)	-	3.500	212	212
Total outros créditos a receber	-	3.500	212	212
Partes relacionadas - passivo	-	-	-	-
Cap Gemini S/A (i)	-	-	-	(1.456)
Cargemini BPO (ii)	-	(12.500)	(807)	(807)
RADI (iii)	-	-	-	(444)
Total	-	(12.500)	(2.707)	(2.707)

Grupo Econômico Cargemini (vi) Contas a pagar Grupo Econômico Cargemini (vii) Total circulante (25.769) (2.707) (i) Em 2019 foi assinado um novo contrato de mútuo no montante de R\$ 30.000 com vencimento para março de 2020 e com taxa de juros de 8,09% a.a. Em 18 de dezembro 2020, foi assinado um aditivo, prorrogando a data do vencimento para 17/12/2021. O total de juros contabilizado em 2021 foi de R\$ 1.408. Este contrato de mútuo foi liquidado em dezembro de 2021. (ii) O saldo de 2018 foi renovado para 2019, e foi assinado no dia 15/07/2019 novo contrato de mútuo no montante de R\$ 3.000 com taxa de juros de 100% do CDI mais 1,7% do período, totalizando um passivo de R\$ 12.500. Em 01/10/2020, foi assinado um aditivo, prorrogando a data para 30/09/2021, e em 01/10/2021, foi assinado um aditivo, prorrogando a data para 30/09/2022. O total de juros contabilizado em 2022 foi de R\$ 927. Este contrato foi liquidado em julho de 2022. (iii) Foi assinado em 18/09/2019 contrato de mútuo com a RADI no montante de R\$ 5.000 com taxa de juros 100% do CDI. Em 18/09/2020, foi assinado um aditivo, prorrogando a data do vencimento para 18 de setembro de 2021. O total de juros contabilizado em 2021 foi de R\$ 444. Este contrato de mútuo foi liquidado em dezembro de 2021. (iv) Foi assinado em 30/07/2020 contrato de mútuo com a Itelios no valor de R\$ 2.700 em que a Cargemini Brasil S/A é mutuante, com taxa de juros 100% do CDI mais 1,7% do período, no qual houve um complemento em 30/07/2021 no valor de R\$ 600, em 30/09/2021 no valor de R\$ 500 e 29/10/2021 no valor de R\$ 400 totalizando o valor de R\$ 4.200, porém houve uma liquidação parcial em dezembro de 2021 no montante de R\$ 700 totalizando o saldo final de R\$ 3.500 com vencimento em 29/10/2022. O total de juros contabilizado em 2021 foi de R\$ 212. O total de juros contabilizados em 2022 foi de R\$ 103. Esse contrato foi utilizado para a aquisição da empresa Itelios do Brasil Informática Ltda. em 28/03/2022. (v) Referem-se ao contrato de serviço de desenvolvimento em

Tipo de produto/serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 (aplicável a partir de 1º/01/2018)	
		2022	2021
Venda de Produtos	Os clientes obtêm controle dos bens quando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências do cliente. As faturas são emitidas naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias. Nenhum desconto é concedido. Alguns contratos permitem ao cliente devolver os produtos, nos casos de defeitos ou fora das especificações solicitadas. As mercadorias devolvidas são trocadas somente por novas Mercadorias.	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos e que são particularmente bem específicos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.	
Venda de Software	Os clientes obtêm controle dos bens quando são disponibilizados através de chave de acesso. As faturas são emitidas naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias. Nenhum desconto é concedido. Alguns contratos permitem ao cliente devolver as licenças, nos casos de defeitos ou fora das especificações solicitadas. As licenças devolvidas são trocadas somente por novas licenças.	A receita é reconhecida quando a chave de acesso é disponibilizada para o cliente, de forma a atender a obrigação de desempenho. Para contratos que permitem ao cliente devolver as licenças, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos e que são particularmente bem específicos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.	
Serviços de Desenvolvimento de Sistemas e de Consultoria	Os clientes homologam os devidos projetos de acordo com cada fase concluída. As faturas são emitidas naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias. Nenhum desconto é concedido	A receita é reconhecida de acordo com a evolução física apurada mensalmente em cada projeto, conforme escopo contratado pelo cliente. O reconhecimento é revisado periodicamente junto ao cliente para que não haja riscos ou erro no reconhecimento da receita. Os adiantamentos recebidos estão incluídos nos passivos de contratos.	
Serviços de Manutenção de Equipamentos	Tem como base contratos de manutenção de equipamentos de informática de longo prazo. A nossa responsabilidade se encerra no término do contrato, por isso o reconhecimento é mensal. São contratos baseados em valores fixos mensais e com condições de cobertura prefixadas. As faturas são emitidas mensalmente. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias. Nenhum desconto é concedido	A receita é reconhecida quando cumprimos todas as nossas obrigações de desempenho. E, havendo, eventual risco, o mesmo é provisionado.	

21. Custos e despesas operacionais

	Controladora			
	Despesas Administrativas e gerais	Custos dos produtos e serviços	Despesas administrativas e gerais	Custos dos produtos e serviços
Custos dos produtos e licenças de software vendidos	-	(262)	-	-
Gastos com pessoal	(119.338)	(129.787)	(600.533)	(487.795)
Serviços de assessoria e consultoria	(54.180)	(48.567)	(46.966)	(73.619)
Marketing	(4.694)	(2.240)	(236)	(114)
Viagens e representações	-	-	(738)	-
Veículos	-	(268)	(438)	(215)
Gerais e administrativas	(2.727)	(5.297)	(2.584)	(2.436)
Estrutura	(11.047)	(8.492)	(7.985)	(8.095)
Depreciações e amortizações	(17.984)	(15.709)	(7.153)	(8.205)
Total	(209.970)	(210.360)	(666.895)	(580.451)

informática, serviço de consultoria em informática. (vi) Refere-se a serviços contratados de desenvolvimento, consultoria, licenças com empresas do Grupo Cargemini. (vii) Refere-se a Management Fee cobrada trimestralmente pelo Grupo Cargemini em conformidade com o Controlling Shareholders Agreement datado de 28/06/2012. É uma alocação de custos do Grupo Cargemini feita com base na receita da Companhia referente ao suporte operacional global fornecido para o comercial, área técnica, jurídico, gestão de conhecimento, comunicação e relações públicas, compras, administrativa e financeira locais para garantir o desenvolvimento em harmonia das companhias do Grupo. **19. Remuneração do pessoal-chave da administração** - O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores e a remuneração paga pelos serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Salários e encargos sociais	17.620	13.494
Participação nos lucros	712	193
Total	18.332	13.687

20. Receita líquida de vendas e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Venda de produtos	-	-	68	90
Venda de software	1.094	68	1.644	860
Venda de serviços	1.015.610	845.100	1.018.132	851.771
Total	1.016.704	845.168	1.019.844	852.721

Obrigações de desempenho e Políticas de reconhecimento de receita:

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Consolidado

	Despesas administrativas e gerais		Custos dos produtos e serviços	
	2022	2021	2022	2021
Viagens e representações	-	(1)	(738)	-
Veículos	-	(268)	(438)	(215)
Gerais e administrativas	(2.728)	(5.298)	(2.584)	(2.437)
Estrutura	(11.047)	(8.493)	(7.985)	(8.270)
Depreciações e amortizações	(17.984)	(15.709)	(7.152)	(8.205)
Total	(209.992)	(210.367)	(667.194)	(581.435)

22. Outras (despesas) receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Reversão/(Constituição) de provisões (i)	(15.526)	(48.424)	(15.332)	(48.144)
Perdas com ativos não recuperáveis (iv)	(1.386)	(196)	(1.659)	(576)
(Perda)/ganho na alienação de bens do ativo imobilizado	78	232	78	232
Gastos com reestruturação (iii)	(2.031)	(4.727)	(2.031)	(4.737)
Convênio de ramos de despesas - nota 18	159	448	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais (ii)	8.096	27.669	8.147	27.693
Total	(10.610)	(24.998)	(10.797)	(25.532)

(i) O movimento de provisão refere-se, principalmente, a constituição e reversões de provisão de contingências trabalhistas devido a alteração de probabilidade de perda ou êxito nos processos anteriormente provisionados, e constituição e reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa. (ii)

Refere-se, principalmente, ao processo ganho pela Contratada CPM Braxis Tecnologia e pela Controladora Cargemini Brasil S.A. (exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins). (iii) O aumento em 2021 refere-se, principalmente, a gastos com desligamentos. (iv) Refere-se a baixa do contas a receber após término as negociações.

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita financeira	-	-	-	-
Receita financeira com atualizações e outros (i)	15.659	29.646	15.699	29.667
Receita financeira de depósitos bancários de curto prazo	6.018	565	6.018	601
Total da receita financeira	21.677	30.211	21.717	30.268
Despesa financeira	(928)	(2.707)	(964)	(2.707)
Emprestimos com partes relacionadas	(25.453)	(18.428)	(25.626)	(18.642)
Despesa financeira com atualizações e outros (ii)	(867)	(437)	(867)	(437)
Varição Monetária Leasing CPC 06 (R2)	(867)	(437)	(867)	(437)
Encargos financeiros e despesas bancárias	(2.498)	(3.077)	(2.628)	(3.129)
Total da despesa financeira	(29.746)	(24.649)	(30.085)	(24.915)
Resultado financeiro líquido	(8.069)	5.562	(8.368)	5.353

(i) Refere-se, principalmente, a atualização monetária decorrente de processo ganho pela Companhia em 2021 (exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins) e em 2022 a ação transitada em julgamento no RJ referente a ISS sobre locação. (ii) Refere-se, principalmente, a atualização monetária de contingências trabalhistas, tributárias, previdenciárias e civis.

24. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido - a. Demonstração do cálculo dos créditos tributários (encargos) com imposto de renda e contribuição social corrente

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	15.669	(55.568)	15.792	(55.519)
Crédito tributário do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(5.328)	18.893	(5.369)	18.876
Efeito de resultado de equivalência patrimonial	252	728	-	-
Efeito das adições permanentes relativas a despesas consideradas indedutíveis	5.913	18.447	6.000	18.317
Créditos tributários não constituídos - adições temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(837)	(38.068)	(801)	(37.193)
Outros valores	(13)	(13)	(49)	(49)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa de exercícios anteriores (Constituição) reversão de IR e CSL diferidos passivos	-	-	60	-
Reversão ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais	68	-	68	-
Resultado de imposto de renda e contribuição social	55	(285)	(55)	(334)

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Controladora

	2022	2021
Ativo de imposto diferido	11.531	11.531
Ativo de imposto diferido a ser recuperado de 2023 a 2028	11.531	11.531
Passivo de imposto diferido	(11.748)	(11.816)
Passivo de imposto diferido a ser liquidado após de 12 meses	(11.748)	(11.816)
Total	(217)	(285)

Os valores para compensação futura são os seguintes:

	Controladora	2022	2021
Imposto de renda diferido sobre ágio	8.667	8.667	
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulada	2.664	2.664	
Total	11.331	11.331	

c. Créditos tributários:

Em 31/12/2022, a Companhia possuía prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, sem prazos de prescrição e não registrados contabilmente, nos montantes acumulados de aproximadamente R\$ 1.763.540 e R\$ 1.872.867 (31/12/2021 - R\$ 1.754.599 e R\$ 1.863.926), respectivamente, para compensação com lucros tributáveis futuros limitada anualmente a 30% do lucro apurado. Utilizando-se as vigentes alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, esse benefício totalizaria cerca de R\$ 609.441, que será registrado contabilmente quando a Companhia atender a premissa requerida para tal registro. **25. Benefícios a empregados** - A Cargemini Brasil S.A. é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas pela Companhia, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento Exclusivo. As obrigações atuariais do PGBL estão integralmente cobertas pelo patrimônio do fundo correspondente. Os gastos incorridos no exercício findo em 31/12/2022 totalizaram R\$ 2.712 (2021 - R\$ 2.529). A Companhia não oferece benefícios pós-emprego para seus funcionários.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas. Cargemini Brasil S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Cargemini Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Cargemini Brasil S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31/12/2022, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cargemini Brasil S.A. em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, e o desempenho consolidado das operações e dos fluxos de caixa consolidados da Cargemini Brasil S.A. e sua controlada para o exercício findo em 31/12/2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais

emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de

Luminae S.A.

CNPJ nº 09.584.001/0002-86

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
ATIVO	Controladora		Consolidado	PASSIVO	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021		2021	2020	2021
Circulante	65.942	150.374	65.958	Circulante	153.078	163.401	153.725
Caixa e equivalentes de caixa	6.496	7.396	6.496	Fornecedores	15.829	22.491	16.317
Contas a receber	35.963	66.351	35.963	Empréstimos e financiamentos	31.346	110.143	31.346
Estoques	16.707	65.304	16.707	Duplicatas descontadas	17.279	14.632	17.279
Impostos a recuperar	2.882	866	2.886	Debêntures	45.348	-	45.348
Adiantamentos a fornecedores	3.230	8.847	3.239	Obrigações tributárias	33.513	6.471	33.599
Adiantamentos a funcionários	71	225	74	Obrigações trabalhistas	2.124	4.849	2.184
Despesas antecipadas	593	1.385	593	Outras contas a pagar	7.639	4.816	7.652
Não Circulante	100.225	63.385	100.888	Não circulante	83.878	47.999	83.911
Contas a receber	15.420	26.935	15.420	Empréstimos e financiamentos	28.069	31.335	28.069
Despesas antecipadas	-	291	-	Duplicatas descontadas	1.164	2.874	1.164
Depósito judicial	112	86	112	Obrigações tributárias	7.718	12.816	7.718
Partes relacionadas	6.063	6.543	5.748	Provisão para contingências	-	163	-
Impostos a recuperar	41.998	1.278	41.998	Partes relacionadas	46.460	-	46.493
Investimentos	10.981	-	-	Provisão para perdas de investimentos	467	467	467
Imobilizado	18.473	16.546	18.473	Outras contas a pagar	-	344	-
Intangível	7.178	11.706	19.137	Patrimônio líquido	(70.788)	2.358	(70.788)
Total do ativo	166.166	213.759	166.847	Capital social	1.357	1.357	1.357
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO				Reserva de capital	24.643	24.643	24.643
				Prejuízos acumulados	(96.788)	(23.642)	(96.788)
				Total do passivo e Patrimônio líquido	166.166	213.759	166.847
Receita líquida das mercadorias vendidas e serviços prestados	86.875	104.652	86.875	DEMONSTRAÇÕES DAS MUDAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(142.750)	(76.302)	(142.750)	Saldo em 31/12/2019	1.357	24.643	2 26.002
Lucro/(prejuízo) bruto (Despesas)/receitas operacionais	(55.875)	28.350	(55.875)	Prejuízo do exercício	-	-	(23.644)
Despesas comerciais	(7.185)	(6.009)	(7.185)	Saldo em 31/12/2020	1.357	24.643	(23.642)
Despesas com pessoal	(15.338)	(15.573)	(15.338)	Prejuízo do exercício	-	-	(73.146)
Serviços de terceiros	(3.403)	(3.759)	(3.948)	Saldo em 31/12/2021	1.357	24.643	(96.788)
Despesas gerais	(5.700)	(3.489)	(5.152)	DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE			
Despesas tributárias	(367)	(193)	(370)				
Outras receitas e despesas	(5.883)	(1.903)	(5.883)				
Resultado de equivalência patrimonial	(17)	(626)	-				
Ratificação administrativa	19.070	-	19.070				
Despesas com provisões	(4.720)	-	(4.733)				
Depreciações e amortizações	(1.063)	-	(1.063)				
Resultado antes do resultado financeiro	(80.481)	(3.202)	(80.477)				
Resultado financeiro	(33.372)	(21.129)	(33.376)				
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(113.853)	(24.331)	(113.853)				
IRPJ e CSLL Diferido	40.707	687	40.707				
Prejuízo do exercício	(73.146)	(23.644)	(73.146)				

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

1. Contexto operacional: Luminae S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, Companhia de engenharia elétrica focada em eficiência energética, fundada em 18 de abril de 2008, cuja sede social está localizada em Osasco/SP. A Luminae tem como objeto social a industrialização e a comercialização de produtos elétricos, eletrônicos e equipamentos de iluminação, sendo que a industrialização envolve somente a montagem de produtos, sendo facultada a industrialização em estabelecimento de terceiro, na prestação de serviços de conserto, manutenção e instalação dos produtos comercializados, prestação de serviços de desenvolvimento e execução de projetos de engenharia elétrica e fabricação de calhas metálicas completas para luminárias em

DIRETORIA
André Luiz Cunha Ferreira - Administrador

TÉCNICO CONTÁBIL
Mauro Tullio Garcia - CRC SP-132860/O-9

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida.

As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: <https://datamercantil.com.br/>

Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos

CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 – NIRE 35.300.117.441

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, que se realizará no dia 28 de abril de 2023, às 10:00 horas, na sede social da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Guararapes, nº1909 – 9º andar – Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04561-004, a fim de deliberarem sobre: 1. Em Assembleia Geral Ordinária: a) o Relatório da Administração, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; b) deliberar acerca da distribuição proventos, através de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") – referentes aos exercícios de 2022; c) a proposta dos administradores para a destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; e d) a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2022. 2. Em Assembleia Geral Extraordinária: a) eleger o Sr. **Rodrigo Casado Oliveira da Silva** para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; b) reeleger os demais membros do Conselho de Administração da Companhia pelo período de mais 1 ano; c) apresentar a composição do Conselho de Administração; d) alterar o endereço da sede administrativa inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.317.751/0001-16 e com NIRE 35.300.117.441; e) alterar o endereço da filial localizada na cidade de São Paulo inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.317.751/0004-69 e com NIRE 35.901.562.725; f) alterar o endereço da filial localizada na cidade de Itajaí inscrita no CNPJ nº 58.317.751/0015-11 e com NIRE 42.901.033.892 da Companhia; g) eleger o Sr. Nicolas Bortoleto Oliveira, ao cargo de Diretor Financeiro da Companhia; h) reeleger os demais Diretores da Companhia por mais um ano; i) apresentar a composição da Diretoria da Companhia atual; j) aprovar a alteração do Artigo 13 do Estatuto Social relacionado às atribuições e poderes do Conselho de Administração da Companhia, incluindo, alteração e/ou estabelecimento da alçada de aprovação de contratação de novos empréstimos ou a rolagem de dívidas; garantias às subsidiárias; aquisição, alienação e oneração de bens e estabelecimento de deliberação sobre aumento de capital social; k) aprovar a alteração do Artigo 22 do Estatuto Social relacionado às atribuições e poderes da Diretoria da Companhia, incluindo, alteração de alçada e/ou estabelecimento para a contratação de novos empréstimos; garantias às subsidiárias; aquisição, alienação e oneração de bens; l) ratificar os atos praticados por Diretores e procuradores da Companhia; e m) a consolidação do Estatuto Social da Companhia a fim de refletir as alterações realizadas. Informações Gerais: Os acionistas deverão apresentar à Companhia, antes ou na data de realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, conforme o caso: (i) documento de identidade e, conforme o caso, atos societários pertinentes que comprovem a representação legal; e (ii) instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante, acompanhado do documento de identidade do procurador e, conforme o caso, atos societários pertinentes. Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, no departamento financeiro da Companhia, no endereço da sede, cópias de todos os documentos específicos a serem apreciados na Assembleia e referidos nesta convocação. São Paulo, 28 de abril de 2023. **Márcia Rodrigues Vasone** – Presidente do Conselho de Administração (20, 21 e 25/04/2023)

Allure Capital Agentes Autônomos de Investimentos Ltda.

CNPJ/MF nº 24.736.067/0001-57

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os sócios da **Allure Capital Agentes Autônomos de Investimentos Ltda.**, nos termos do artigo. 1.071 e seguintes do Código Civil, convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se em 02 de maio de 2023, às 10:00 horas, em primeira convocação, e às 11:00 horas, em segunda convocação, na sede social e virtualmente, instalando-se com a presença, em primeira convocação, de sócios titulares de no mínimo 3/4 (três quartos) do capital social da Sociedade e, em segunda convocação, com qualquer número, a fim de deliberarem sobre a exclusão, por justa causa, do sócio **Alexandre Augusto Samba** nos termos do caput do art. 1.085 do Código Civil. São Paulo/SP, 18 de abril de 2023. **Claudemir Martins** – Administrador (18, 19 e 20/04/2023)

Samauma Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 41.131.748/0001-00 – NIRE 35.300.565.967

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de abril de 2023

Data, Hora e Local. 14/04/2023, às 14 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e Presenças.** Dispensada a convocação, em vista da presença de representantes da totalidade do capital social. **Mesa.** Presidente: Nicolas Gutierrez Londono; e Secretária: Helena Cardoso Cunha. **Ordem do Dia.** Deliberar sobre (i) o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 500.000,00, com a emissão de 500.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) caso aprovada a deliberação acima, a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações.** (i) aprovar, pela unanimidade dos acionistas presentes, o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 500.000,00, passando o capital social da Companhia de R\$ 46.208.279,00 para R\$ 46.708.279,00, mediante a emissão de 500.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, ao preço de emissão de R\$ 1,00 por ação, fixado com base no inciso I, § 1º do artigo 170, da Lei das S.A. As ações ora emitidas terão as mesmas características e gozarão dos mesmos direitos atribuídos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia atualmente existentes. As ações ora emitidas foram subscritas e integralizadas na presente data. Os acionistas presentes, por unanimidade, também decidem alterar a redação do artigo 5º do estatuto social, que passará a vigor com a seguinte redação: **"Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R\$ 46.708.279,00, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 46.708.279 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal ("Ações")."; e (ii) aprovar, pela unanimidade dos acionistas presentes a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta ata. São Paulo, 14/04/2023. **Mesa: Nicolas Gutierrez Londono** – Presidente; **Helena Cardoso Cunha** – Secretária. **Acionistas: Fram Capital Floresta Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia** Representado por sua gestora, **Fram Capital Gestão de Ativos Ltda.**

Samauma Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 41.131.748/0001-00 – NIRE 35.300.565.967 – Companhia Fechada de Capital Autorizado

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de abril de 2023

Data, Hora e Local. No dia 11/04/2023, às 14 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e Presenças.** Dispensada a convocação, em vista da presença de representantes da totalidade do capital social. **Mesa.** Presidente: Nicolas Gutierrez Londono; e Secretária: Helena Cardoso Cunha. **Ordem do Dia.** Deliberar sobre (i) o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 40.000.000,00, com a emissão de 40.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) caso aprovada a deliberação disposta no item (i) acima, a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações.** Os acionistas examinaram e discutiram as matérias constantes da ordem do dia e deliberaram o quanto segue: (i) aprovar, pela unanimidade dos acionistas presentes, o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 40.000.000,00, passando o capital social da Companhia de R\$ 6.208.279,00 para R\$ 46.208.279,00, mediante a emissão de 40.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, ao preço de emissão de R\$ 1,00 por ação, fixado com base no inciso I, § 1º do artigo 170, da Lei das S.A. As ações ora emitidas terão as mesmas características e gozarão dos mesmos direitos atribuídos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia atualmente existentes. As ações ora emitidas foram subscritas e integralizadas na presente data, conforme boletim de subscrição constante do **Anexo I** à esta ata. Em decorrência desta deliberação, os acionistas presentes, por unanimidade, também decidem alterar a redação do artigo 5º do estatuto social da Companhia, que passará a vigor com a seguinte redação: **"Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R\$ 46.208.279,00, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 46.208.279 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal ("Ações")."; e (ii) aprovar, pela unanimidade dos acionistas presentes, em decorrência da deliberação disposta acima, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigor na forma disposta no **Anexo II. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta ata. São Paulo, 11/04/2023. **Mesa: Nicolas Gutierrez Londono** – Presidente; **Helena Cardoso Cunha** – Secretária. **Acionistas: Fram Capital Floresta Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.** Representado por sua gestora, **Fram Capital Gestão de Ativos Ltda.****

Athena Saúde Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 31.701.408/0001-14 – NIRE 35.300.522.681

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28 de abril de 2023

O Conselho de Administração da Companhia vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), convocar os Acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, em 28/04, às 10h00, de modo exclusivamente digital, por meio do aplicativo Zoom, conforme autorizado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, de 10/06/2020 ("INDREI81"), nos termos do art. 132, I, II e III, e do art. 289, § 3º, da Lei das S.A., para examinar, discutir e votar sobre a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31/12/2022; (ii) deliberar sobre a renúncia de membro do Conselho de Administração da Companhia; (iii) fixação do número e reeleição dos membros dos Conselhos de Administração; (iv) deliberar sobre findo a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31/12/2023; e (v) ratificar a alteração do jornal de grande circulação para a publicação dos atos societários e demais documentos do interesse social da Companhia. Para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados do Departamento de Relacionamento com Investidores – ri@athenasaud.com.br, com no mínimo 2 dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º da Lei nº 10.406/2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais, acionistas, somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Os documentos relativos às matérias encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. São Paulo/SP, 20/04/2023. **Ricardo Leonel Scavazza** – Presidente do Conselho de Administração. (20, 21 e 25/04/2023)

Caravelas Negócios Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 13.019.760/0001-92 – NIRE 35.300.386.817

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária da Sociedade, a ser realizada na sede social, à Avenida Presidente Altino, 603, em São Paulo-SP, no dia 26 de abril de 2023, às 9:30 horas, a fim de deliberarem sobre seguinte Ordem do Dia: (i) Tomar conhecimento do Relatório da Administração, examinar e deliberar sobre as contas da Diretoria, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) Deliberar sobre a distribuição e pagamento de dividendos; e (iii) Fixar a remuneração global anual da administração. São Paulo, 13 de abril de 2023. **Angela Martins Guido Rios** – Presidente do Conselho de Administração. (19, 20 e 21/04/2023)

Cotação das moedas



- Coroa (Suécia) - 0,4879
- Dólar (EUA) - 5,0467
- Franco (Suíça) - 5,6168
- Iene (Japão) - 0,03744
- Libra (Inglaterra) - 6,2776
- Peso (Argentina) - 0,0232
- Peso (Chile) - 0,006355
- Peso (México) - 0,2797
- Peso (Uruguai) - 0,1296
- Yuan (China) - 0,733
- Rublo (Rússia) - 0,06174
- Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,5287

Negócios

A nova Unidas combate seus inimigos: carro velho e carro parado



Desde que comprou a marca Unidas em outubro passado, o CEO da Ouro Verde, Cláudio Zattar, tem passado boa parte de seu tempo na estrada. O executivo já visitou 80 das 186 lojas da marca, passando por cidades como João Pessoa, Cascavel, Foz do Iguaçu e Canoas.

“É um roadshow de Norte a Sul e Leste a Oeste,” ele disse. “O que dá, eu tô indo de voo comercial, e o que não dá eu vou de carro mesmo.”

A principal conclusão dessas visitas: há uma oportunidade gigantesca de expansão da marca num mercado onde a Localiza tem mais de 60% de share depois de se fundir com a ‘velha’ Unidas e vender a marca à Brookfield, que controla a Ouro Verde,

por exigência do CADE.

“Em todas as lojas que eu vou, o pessoal está super empolgado, falam que é só eu levar mais carros que eles alugam,” disse Zattar.

O CADE permitiu à Localiza manter uma parte relevante dos carros e lojas da Unidas, mas a obrigou a se desfazer de 49 mil veículos e 186 lojas, além da marca.

Para a Ouro Verde, a aquisição foi transformacional.

A empresa, que até ano passado operava apenas com gestão de frotas e aluguel de caminhões e máquinas agrícolas, havia sido comprada pela Brookfield em 2019.

Agora, dobrou de tamanho ao engolir os ativos da Unidas – fazendo um faturamento pro forma de R\$ 3,3 bilhões ano passado – e es-

treou no mercado de Rent a Car (RAC), que tem margens maiores que seu negócio legado.

A oportunidade de expansão é clara, mas o foco este ano terá que ser outro, disse Zattar.

A companhia – que agora se chama apenas Unidas – está trabalhando para aumentar a eficiência do portfólio, renovando a frota e reduzindo a ociosidade de seus carros.

Segundo o CEO, a frota adquirida tinha uma idade média alta para os padrões da indústria: 16 meses. A Unidas já conseguiu reduzir essa média para 11 meses, comprando 10 mil carros novos para substituir os antigos, alguns com mais de 40 meses de uso. A meta de Zattar é chegar a uma idade média de 7,5 meses nos próximos anos. Brazil Journal

Coca-cola lança sua nova bebida alcoólica no Brasil. Conheça o Lemon-Duo

Depois de lançar em 2019 a Schweppes Premium Drinks e em 2020 a Topo Chico Hard Seltzer, a The Coca-Cola Company anuncia a chegada no Brasil de sua mais nova bebida alcoólica global: o Lemon-Duo. Com o produto – uma receita japonesa que leva limão inteiro, água com gás e vodca –, a gigante americana está de olho em um mercado de bebidas prontas que em 2021 movimentou US\$ 32,9 bilhões no ano passado e que deve atingir US\$ 85,5 bilhões em 2030, segundo pesquisa da InsightAce Analytic.

O Lemon-Duo já está nas prateleiras de comércios de alguns estados do Brasil e deve chegar a todo território nacional em maio. O lançamento oficial da marca no Brasil ocorreu na noite de segunda(17), no restaurante japonês Kinoshita, na Vila Nova Conceição, em São Paulo, em evento para jornalistas e influenciadores, com um jantar harmonizado pre-

parado pelo chef Kazuo. No mês que vem entra em prática o plano de mídia da empresa, com inserções publicitárias, e experiências com clientes em pontos de venda. A bebida é produzida na fábrica da Coca-Cola de Ribeirão Preto, cidade do interior paulista.

O produto foi lançado inicialmente no Japão, em 2018. No ano seguinte, estava consolidado no mercado japonês e em 2021 entrou em outros países asiáticos, como China e Filipinas. Na América Latina, o México foi o primeiro a receber o Lemon-Duo, que agora chega ao Brasil com grande expectativa. O preço sugerido é R\$ 8,90.

Segundo Mariana Branco, líder de alcoólicos prontos para beber da The Coca-Cola Company, o produto vai atingir o público millenials, pessoas que nasceram entre 1981 a 1995. “Eles têm curiosidade e estão abertos a novidades. Possuem seis vezes mais interesse em experimentar outros tipos de bebidas alcoólicas”, disse a executiva. IstoéDinheiro



Toyota vai investir R\$1,7 bi para produzir compacto híbrido flex em SP



A Toyota anunciou nesta quarta-feira investimento de 1,7 bilhão de reais na produção de um novo automóvel compacto híbrido flex no Brasil, marcando uma ampliação no portfólio “verde” da marca que foi a primeira no país a apostar nessa motorização.

O investimento foi possibilitado por acordo da montadora com o governo de São Paulo, onde estão as fábricas da Toyota no Brasil, para a liberação de cerca de 1 bilhão de reais em créditos tributários gerados e acumulados em atividades principalmente de exportações do grupo japonês. A liberação dos recursos se dará ao longo dos próximos quatro anos.

A liberação dos créditos para o novo carro ocorreu por

meio do programa estadual ProVeículo Verde, que incentiva projetos de desenvolvimento de veículos menos poluentes com a liberação de crédito acumulado de ICMS.

“A gente vai trocar crédito de ICMS acumulado. Esse dinheiro vai virar aquisição de bens de capital, contratação de pessoas”, disse o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. “Faz muito sentido trocar Capex (investimento) por tributo”, acrescentou.

A Toyota não informou o total de crédito que tem junto ao Estado de São Paulo, mas o gerente de tributação da companhia no país, Rafael Cecanello, afirmou que o valor é maior que o 1 bilhão de reais que será usado no projeto do novo carro. “Todos sabemos a importância do etanol na matriz energética brasileira.

É uma solução muito prática, sustentável e acessível”, disse o presidente da Toyota no Brasil, Rafael Chang, durante o anúncio na sede do governo paulista. Segundo o executivo, o investimento vai permitir a efetivação de 700 trabalhadores hoje com contratos temporários nas fábricas da companhia nas cidades de Sorocaba e Porto Feliz.

A montadora japonesa foi a primeira no Brasil a lançar e produzir um carro com motorização híbrida flex, capaz de funcionar a bateria, gasolina e etanol. O modelo lançado foi o sedã Corolla em 2019 e hoje já há uma versão utilitária com essa motorização, o Corolla Cross. Os carros são produzidos no país em São Paulo com componentes como bateria e motor elétrico importados. IstoéDinheiro